



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

quinta-feira, 24 de maio de 2018

Ano X - Edição nº 00902 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio publica



Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
23E7BFEB7EC003DAD6EF569D83E73195

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

SUMÁRIO

- LEI Nº 650, DE 24 DE MAIO DE 2018.
- LEI Nº 651, DE 24 DE MAIO DE 2018.
- PORTARIA INDIVIDUAL - CONCEDER FÉRIAS AO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, SR.ª SIMONE DO CARMO SANTANA.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Lei



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

LEI Nº 650, DE 24 DE MAIO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Teodoro Sampaio, Estado da Bahia, a reajustar o Piso dos professores públicos municipais, para cumprimento da Lei do Piso Nacional do Professor e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Teodoro Sampaio, Estado da Bahia, autorizado a reajustar no percentual de **6,81% (seis, vírgula oitenta e um por cento)**, o PISO dos professores públicos municipais de Teodoro Sampaio, (salário base), na forma prevista na Lei Federal nº 11.738, de 16 de junho de 2008, combinado com o quanto disposto no Parágrafo Único do art. 53 da Lei Municipal nº 541, de 05 de setembro de 2011.

Parágrafo Único. O Anexo III da Lei Municipal nº 541/2011, (Tabela de Vencimentos Cargos – Professor e Coordenador Pedagógico), passa a vigorar, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º O reajuste autorizado por esta Lei, será retroativo a 01 de janeiro de 2018, na forma da Lei Federal do Piso do Professor, Lei nº 11.738/2008 e da Lei Municipal que estrutura o Plano de Cargos e Carreira do Magistério, Lei nº 541/2011.

Parágrafo Único. O Piso do professor municipal efetivo, reajustado por esta Lei, para o valor de R\$ 2.455,88 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), corresponde à carga horária de 40 (quarenta) horas e formação mínima em nível médio, Magistério, modalidade curso normal, como parâmetro para os demais níveis, de acordo com a Lei Municipal vigente.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento Anual do Município de Teodoro Sampaio, para a Educação, em especial os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, e do Fundo Municipal de Educação, na forma da lei vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos serão retroativos a 01 de janeiro de 2018.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio, 24 de maio de 2018.

José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

*Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, Estado da Bahia - CNPJ – 13.824.248/0001-19
Av. Doutor Octávio de Araújo nº 44, Centro, CEP: 44.280-000. Fone 75 3237 2133*

Rua Doutor Otávio de Araújo | 44 | Centro | Teodoro Sampaio-Ba

www.pmteodorosampaio.ba.ipmbrasil.org.br

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

ANEXO I da LEI Nº 650/2018, de 24 de maio de 2018.

PADRÃO DE VENCIMENTOS – PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO – 20 HORAS										
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
ESPECIAL	1.227,94	1.264,78	1.302,72	1.341,80	1.382,06	1.423,52	1.466,22	1.510,21	1.555,52	1.602,18
I	1.473,53	1.517,74	1.563,27	1.610,16	1.658,46	1.708,21	1.759,45	1.812,23	1.866,60	1.922,60
II	1.534,92	1.580,97	1.628,40	1.677,26	1.727,58	1.779,40	1.832,78	1.887,77	1.944,40	2.002,73
III	1.596,31	1.644,21	1.693,54	1.744,35	1.796,67	1.850,57	1.906,09	1.963,27	2.022,16	2.082,84
IV	1.719,11	1.770,70	1.823,81	1.878,53	1.934,88	1.992,94	2.052,71	2.114,30	2.177,72	2.243,06

PADRÃO DE VENCIMENTOS – PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO – 40 HORAS										
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
ESPECIAL	2.455,88	2.529,56	2.605,44	2.683,60	2.764,12	2.847,04	2.932,44	3.020,42	3.111,04	3.204,36
I	2.947,06	3.035,48	3.126,54	3.220,32	3.316,92	3.416,42	3.518,90	3.624,46	3.733,20	3.845,20
II	3.069,84	3.161,94	3.256,80	3.354,52	3.455,16	3.558,80	3.665,56	3.775,54	3.888,80	4.005,56
III	3.192,62	3.288,42	3.387,08	3.488,70	3.593,34	3.701,14	3.812,18	3.926,54	4.044,32	4.173,68
IV	3.438,22	3.541,40	3.647,62	3.756,58	3.869,76	3.985,88	4.105,42	4.288,60	4.355,44	4.486,12

Teodoro Sampaio-BA, 24 de maio de 2018.

JOSÉ ALVES DA CRUZ
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, Estado da Bahia - CNPJ – 13.824.248/0001-19
 Av. Doutor Octávio de Araújo nº 44, Centro, CEP: 44.280-000. Fone 75 3237 2133

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Lei



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

LEI Nº 651, DE 24 DE MAIO DE 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019 e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

- I** - As metas fiscais e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II** - As diretrizes e disposições específicas relativas à elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- III** - A estrutura e organização dos orçamentos;
- IV** - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V** - As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VI** - As disposições relativas à Dívida Pública Municipal;
- VII** - As disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais para o exercício de 2019 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único. As metas fiscais poderão ser revistas e atualizadas por ocasião do Projeto de Lei Orçamentária para 2019, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e fixação das despesas, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3º Os Riscos Fiscais da Administração Municipal para o exercício de 2019 são os constantes do Anexo II desta Lei.

§ 1º A lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, em montante no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2019, destinada ao atendimento aos passivos contingentes e riscos fiscais, na forma prevista no Anexo II desta Lei.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tenham se tornado insuficiente.

Art. 4º As prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as de funcionamento dos órgãos, fundos e entidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, são as constantes do Anexo III desta Lei.

1

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 1º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica governamental, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e também da política social.

§ 2º Com relação às prioridades de que trata o *caput* deste artigo observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limitação à programação da despesa;

II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressalvar, sempre que possível, as ações que constituem metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 3º O Poder Executivo justificará, na Mensagem que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária, o atendimento parcial das Metas e Prioridades ou a inclusão de outras prioridades, em detrimento das constantes do Anexo a que se refere a *caput* deste artigo.

Art. 5º A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2019 e a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:

I - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos § 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

II - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

III - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

IV - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES SEÇÃO I Das Diretrizes Gerais

Art. 6º A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definida na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, no que couber, na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 7º Os recursos do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais, observados o limite previsto na Lei Complementar Federal nº 101/2000;

II - juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna e externa em observância às Resoluções nº 40 e 43/2001 do Senado Federal e respectivas alterações;

III - contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos, externos, de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

IV - outros custeios administrativos e aplicações em despesas de capital.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Parágrafo Único. As dotações destinadas às despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente às prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 8º Somente serão incluídas na proposta orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante lei autorizativa do Poder Legislativo, observadas as vedações e restrições previstas na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 9º Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas na forma do Capítulo I desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

I - a destinação de recursos para projetos deverão ser suficientes para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II - será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III - não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira;

Art. 10. Em cumprimento ao disposto no *caput* e na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo e seus respectivos custos.

Parágrafo Único. Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados deverão ser aprimorados os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos desenvolvidos, métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos.

Art. 11. Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art. 12. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a Transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa do processo orçamentário.

Art. 13. O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados, consoante disposto no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterado pela LC n. 131/09.

Parágrafo Único. Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas ou consultas públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

SEÇÃO II

Da Elaboração e Alterações dos Orçamentos

Art. 14. A proposta orçamentária do Município para 2019 será elaborada de acordo com as seguintes orientações gerais:

- I** – responsabilidade na gestão fiscal;
- II** – desenvolvimento econômico e social, visando a redução das desigualdades;
- III** – eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde, de educação, de transporte, moradia e assistência social;
- IV** – ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;
- V** – articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;
- VI** – acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade;
- VII** – preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e das manifestações culturais.

Art. 15. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como as despesas dos Poderes do Município, seus órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º O Orçamento Fiscal incluirá, entre outros, os recursos destinados:

- I** - à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal;
- II** - à aplicação mínima na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos do art. 22 da Lei 11.494/2007.

§ 2º O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os recursos e dotações destinadas aos órgãos e entidades da Administração Municipal, inclusive seus fundos e fundações, para atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e destacará a alocação dos recursos necessários:

- I** - à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000;
- II** - ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, se houver.

Art. 16. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 17. As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados no artigo anterior, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais.

Art. 18. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005.

Art. 19. O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 30 de setembro de 2018, ao Poder Executivo, suas respectivas propostas orçamentárias para efeito de consolidação no orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, instituídos a esse respeito.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 1º - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - o estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/2000, com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009.

II - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

§ 2º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizados no exercício anterior.

§ 3º Para fins do disposto no parágrafo segundo, tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada até o mês de junho de 2018, além dos valores projetados até o final do exercício.

Art. 20. Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 31 de julho de 2018, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 21. O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 31 de Julho de 2018, a relação de precatórios judiciais apresentados até 01 de julho de 2018, especificando os beneficiários em ordem cronológica de apresentação dos precatórios e os respectivos valores atualizados, a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2019, conforme determina o art. 100, § 5º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos, por grupos de despesa.

§ 1º. Os órgãos e entidades devedores, referidos no caput deste artigo, comunicarão ao órgão do Planejamento Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, eventuais divergências verificadas entre a relação recebida e os processos originais.

Art. 22. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I - na forma das disposições constitucionais; Lei de Finanças Públicas; Lei de Responsabilidade Fiscal e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 23. As propostas de modificação das dotações aprovadas na Lei do Orçamentaria anual e em seus créditos adicionais serão acompanhadas de exposição de motivos circunstanciada que as justifique e que indiquem os efeitos na programação.

§ 1º Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

§ 2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei no 4.320/64.

§ 3º. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, evidenciando o excesso apurado ou sua tendência para o exercício, por fontes de recursos.

§ 4º. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de recursos de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão a apuração do superávit financeiro por fonte de

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

recurso, que representa a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do exercício anterior.

Art. 24. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
 - a) dotação para pessoal e seus encargos;
 - b) serviço da dívida.
- III - Sejam relacionadas com:
 - a) a correção de erros ou omissões;
 - b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I - se incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;
- II - se incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 25. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

§ 1º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares.

§ 2º Em caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 26. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDD, relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDDs, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e por Fonte de Recursos;

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs deverão discriminar os projetos e atividade consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recurso.

§ 3º Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo pelo Prefeito Municipal e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, por decreto, pelo chefe do Poder Executivo e do Poder Legislativo, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

Art. 27. A apresentação das fontes de recursos de que trata o § 1º do art. 26, será feito obedecendo à classificação contida na Resolução nº 1.268/08, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM.

Art. 28. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, ficando os pagamentos dessas despesas condicionados ao cumprimento de exigências legais, inclusive a constante do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Os recursos destinados a subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no *caput* deste artigo.

§ 3º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666/1993, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 29. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 30. O Poder Executivo poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

SEÇÃO III

Da Disposição sobre a Programação da Execução Orçamentária, financeira e sua Limitação

Art. 31. Objetivando o cumprimento das metas fiscais, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará e publicará a programação financeira visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 32. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitarão a emissão de empenho e movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º A limitação que trata o *caput* deste artigo será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em "*outras despesas correntes*", "*investimentos*" e "*inversões financeiras*" de cada Poder.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 2º Comprovada a necessidade da limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos Anexos que integram esta Lei, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I – definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operação de créditos especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviços da dívida.

II – o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a estimativa de receitas e despesas;

III – o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria indicada no caput deste artigo;

§ 3º Não estarão sujeitas à limitação de empenho as seguintes despesas:

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - decorrentes de financiamentos;

IV - decorrentes de convênios;

V - sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social.

§ 4º No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido no caput, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

§ 5º Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 6º Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

CAPITULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 33. A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, cumprindo o prazo previsto na Legislação em vigor, será composta de:

I - Mensagem e Texto da Lei;

II – Composição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

III – Anexos orçamentários consolidados;

IV - Informações complementares, consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária.

Parágrafo Único. Integrarão a Lei de Orçamento, conforme estabelece o § 1º do art. 2º da Lei nº 4.320/64:

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da Lei 4.320/64;

III - quadro discriminando a receita por fontes;

IV - quadro das dotações por órgãos;

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

- V - quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- VI - quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64;
- VII - quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.

Art. 34. Para fins desta Lei entende-se por:

- I - Função:** o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;
- II - Subfunção:** a partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III - Programa:** o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV - Ação orçamentária:** como sendo o projeto, a atividade ou a operação especial;
- V - Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- VI - Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VII - Operação especial:** as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;
- VIII - Categoria de programação:** a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
- IX - Órgão:** Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da Estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;
- X - Unidade orçamentária:** consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações orçamentárias específicas;
- XI - Unidade gestora:** Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- XII - Transposição:** o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- XIII - Remanejamento:** a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;
- XIV - Transferência:** o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;
- XV - Reserva de contingência:** a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- XVI - Passivos contingentes:** questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública. Se julgadas procedentes ocasionarão impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;
- XVII - Créditos adicionais:** as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

XVIII - Crédito adicional suplementar: as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XIX - Crédito adicional especial: as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XX - Crédito adicional extraordinário: as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XXI - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD): instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXII - Alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa: a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 35. A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos de empréstimos devidamente autorizados pelo Legislativo Municipal;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente, em especial Leis nº 9.394/96 e nº 9.424/96;

IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente, em especial no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, Emenda Constitucional 29/2000, combinado com as determinações contidas na Portaria 2.047/GM, de 05.11.2002, do Ministro de Estado da Saúde;

X - de outras rendas.

Parágrafo Único. A classificação das naturezas da receita obedecerá a estrutura e os conceitos constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes, notadamente o estabelecido por Portaria Conjunta STN/SOF.

Art. 36. Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucionais e funcionais, e segundo sua natureza, além da estrutura programática discriminada em programas e ações (projeto, atividade ou operação especial), de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos governamentais correspondentes.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 1º A despesa orçamentária, com relação à classificação funcional e estrutura programática, será detalhada conforme previsto na Lei Federal nº 4.320/64, segundo o esquema atualizado pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observados os conceitos do artigo 33 desta Lei.

§ 2º A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, sendo discriminada na Lei Orçamentária e em seus respectivos créditos adicionais por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, identificadas respectivamente por códigos.

§ 3º As categorias econômicas e respectivos códigos são:

- I - Despesas correntes - 3;
- II - Despesas de capital - 4.

§ 4º Os grupos de natureza das despesas constituem agrupamento de elementos de despesa com características assemelhadas quanto à natureza operacional do gasto, sendo identificados pelos seguintes títulos e códigos:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5;
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 5º A Reserva de Contingência, prevista no artigo 17 desta Lei, será classificada no grupo de natureza da despesa com o código 9 (nove).

§ 6º A modalidade de aplicação constitui-se numa informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados:

- I- diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;
- II- indiretamente, mediante transferência financeira para instituições privadas, ou delegação a outros entes do município ou consórcios públicos, para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§7º A especificação da modalidade de aplicação de que trata este artigo poderá observar os seguintes títulos e respectivos códigos:

- I - transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;
- II - transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - 60;
- III - execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP 67;
- IV - transferências a instituições Multigovernamentais - 70;
- V - transferências a Consórcios Públicos - 71;
- VI - execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos - 72;
- VII - aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe - 93;
- VIII - aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente não participe - 94;
- IX - aplicações diretas - 90.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§8º O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto e será discriminado no momento do empenho da despesa mediante o desdobramento da despesa em pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins, não sendo obrigatória sua discriminação na LOA - Lei Orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais.

§9º Para fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, é facultado o desdobramento dos elementos de despesa em subelementos.

Art. 37. A Lei Orçamentária estimará a receita e fixará a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

Parágrafo Único. A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo Órgão Municipal competente e considerará o disposto no art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 38. Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência, consoante dispõe os arts. 18 da Lei Complementar Federal 101/2000.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do §1º, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

§ 3º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 39. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas para o exercício de 2019 com base na folha de pagamento de junho de 2018 - projetada para o exercício - considerando os eventuais acréscimos legais.

§ 1º A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais, conforme estabelece o art. 19, inciso III da Lei Complementar Federal nº 101/2000:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II - relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior à apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da LC nº 101/00;
- IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:
 - a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal;
 - c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 40. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no § 1º do art. 38 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo Único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite é vedado ao Poder que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra.

Art. 41. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos no art. 38 deste diploma legal, sem prejuízo das medidas previstas no art. 39 desta Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos § 3º e §4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

- I - receber transferências voluntárias;
- II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
- III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 42. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no artigo seguinte.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Art. 43. Todo e qualquer ato que provoque aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I - houver dotação orçamentária prévia suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
- II - for comprovado o atendimento do limite de comprometimento da despesa com pessoal estabelecido no art. 38 desta Lei;
- III - forem observadas as restrições e limitações contidas na Lei 101/2000.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II - a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Art. 44. O projeto da Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I - educação;
- II - saúde;
- III - fiscalização fazendária;
- IV - assistência à criança e ao adolescente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I - adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II - revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário;
- IV - geração de receita própria pelas entidades da administração indireta;
- V - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia de receita, caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária;
- VI - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- VII - aplicação de penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária;
- VIII - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridades às micro e pequenas empresas;
- IX - os recursos decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o título V, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 46. O Poder Legislativo Municipal, apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas nos termos do *caput* do artigo anterior, até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício de 2019.

Art. 47. A arrecadação decorrente das receitas municipais deverá possibilitar a prestação de serviços de qualidade e investimentos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento econômico.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Art. 48. O Poder Executivo deverá considerar para estimativa da receita orçamentária as medidas adequadas à expansão da arrecadação tributária municipal.

Parágrafo Único. A mensagem que encaminhar o projeto de lei modificando a legislação tributária deverá discriminar e estimar os recursos incrementados decorrentes da alteração proposta.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 49. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados, identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

§ 1º A dívida pública consolidada, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, III, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, compreende o montante total apurado das obrigações financeiras, sem duplicidade, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 (Cinco) de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

§ 2º Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais, especificamente INSS, FGTS e PASEP, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos referentes aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia fixa e móvel.

§ 3º A dívida consolidada líquida compreende a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

§ 4º O endividamento líquido do Município até o final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do exercício financeiro de 2001, não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, conforme determinam o art. 3º, II da Resolução nº 40 do Senado Federal.

Art. 50. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações pertinentes a projetos e atividades financiados por estes recursos.

§ 2º Os montantes globais das operações de crédito internas e externas realizadas em um exercício financeiro, não poderão ser superiores a 16% (dezesesseis por cento) da RCL, conforme determinam o art. 7º, I da Resolução nº 43 do Senado Federal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51. Caso a Lei Orçamentária Anual de 2019 não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2018, ou se retarde sua sanção por necessidade de veto total ou parcial, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, até a edição da respectiva Lei, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do tesouro.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Art. 52. O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais, em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial necessário a execução dos convênios citados no artigo anterior, até o limite do valor firmado em cada um, utilizando para tal os recursos previstos no art. 43, seus parágrafos e incisos da Lei 4.320/64, mediante autorização Legislativa.

Art. 54. A alocação de créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Parágrafo único. Com vistas à obtenção dos resultados das ações sob sua responsabilidade, fica facultada a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 55. A elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária deverá levar em conta a obtenção do resultado previsto no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 56. No caso de ocorrência de despesas resultantes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do art. 16 da Lei Complementar Federal nº101/2000.

Parágrafo Único. Para efeito do que dispõe o art.16, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não exceda os limites estabelecidos nos inciso I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações.

Art. 57. Considera-se obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deste artigo deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 37 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º deste artigo, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo II desta Lei, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º deste artigo, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º deste artigo, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologias de cálculos utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e desta lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º deste artigo, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Art. 58. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a quaisquer títulos, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 59. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Direta e Indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 60. Em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, na Lei Federal 4.320/64 e na Resolução nº 1.120/05, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, as fiscalizações contábeis, financeiras, operacionais e patrimoniais da Prefeitura e suas Entidades, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, serão exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.

Art. 61. O controle interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas pela Administração para salvaguardar os Ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 62. O Poder Executivo, por meio dos órgãos centrais dos sistemas de planejamento e de orçamento, responderá motivadamente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados do seu recebimento, solicitações encaminhadas pelo Poder Legislativo relativas a qualquer categoria de programação ou item de receita sobre aspectos quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação governamental e o cumprimento desta lei.

Art. 63. Durante o exercício de 2018 – em audiência pública promovida para propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias – o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado, no que se referem aos indicadores de desempenho dos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Parágrafo Único. O cumprimento do disposto no *caput* deste artigo será observado ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, onde o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na Comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Art. 64. O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada Bimestre o Relatório da Execução Orçamentária – RREO, na forma prevista no § 3º do art. 165 da CF/88 e art. 52 da Lei Complementar Federal 101/2000.

Art. 65. O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, em conformidade com o art. 54 da LRF.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Art. 66. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio, 24 de maio de 2018.

JOSÉ ALVES DA CRUZ
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS MIL

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	% RCL (c/RCL) x100
Receita Total	45.300	42.313	0,018%	0,112%	45.382	43.561	0,017%	0,112%	46.663	44.868	0,017%	0,112%
Receitas Primárias (I)	44.198	41.255	0,017%	0,109%	44.248	42.472	0,017%	0,110%	45.496	43.747	0,017%	0,110%
Despesas Total	45.300	42.313	0,018%	0,112%	45.382	43.561	0,017%	0,112%	46.663	44.868	0,017%	0,112%
Despesas Primárias (II)	44.546	41.590	0,017%	0,110%	44.607	42.817	0,017%	0,110%	45.865	44.101	0,017%	0,110%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(348)	(335)	0,000%	-0,001%	(359)	(345)	0,000%	-0,001%	(369)	(354)	0,000%	-0,001%
Resultado Nominal	(744)	49	0,000%	-0,002%	51	50	0,000%	0,000%	51	52	0,000%	0,000%
Dívida Pública Consolidada	2.199	2.109	0,001%	0,005%	2.262	2.172	0,001%	0,006%	2.326	2.237	0,001%	0,006%
Dívida Consolidada Líquida	1.753	1.682	0,001%	0,004%	1.804	1.732	0,001%	0,004%	1.855	1.784	0,001%	0,004%
Receita Primária advindas de PPP (IV)												
Despesa Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)												

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, dos exercícios 2016 e 2017 LOA 2018 e PIB - Estado

NOTA EXPLICATIVA: O Município não possui Parcerias Públicas e Privadas

NOTA: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
PIB (crescimento % anual)	3,00	2,95	3,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,25	4,18	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	258.417.824,35	266.041.150,17	274.022.384,67
Receita Corrente Líquida - RCL	40.459.175,54	40.401.499,38	41.541.645,36

José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2019

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

RS MIL

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a)*100
Receita Total	26.698	0,011%	0,108%	23.196	0,010%	0,094%	(3.502)	-13,117%
Receitas Não-Financeira (I)	26.599	0,011%	0,108%	23.007	0,009%	0,093%	(3.592)	-13,503%
Despesas Total	26.698	0,011%	0,108%	22.180	0,009%	0,090%	(4.518)	-16,921%
Despesas Não-Financeira (II)	26.547	0,011%	0,107%	21.678	0,009%	0,088%	(4.869)	-18,341%
Resultado Primário (III) = (I - II)	52	0,000%	0,000%	1.329	0,001%	0,005%	1.277	0,000%
Resultado Nominal	(215)	0,000%	-0,001%	(1.958)	-0,001%	-0,008%	(1.743)	809,414%
Dívida Pública Consolidada	2.522	0,001%	0,010%	3.324	0,001%	0,013%	802	31,815%
Dívida Consolidada Líquida	1.773	0,001%	0,007%	1.515	0,001%	0,006%	(258)	-14,564%

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, do exercício 2017, LOA 2017 e LDO 2017 e PIB - Estado

VARIÁVEIS	2019
PIB (crescimento % anual)	3,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	258.417.824,35

José Alves da Cruz
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2019

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

RS MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	28.907	24.768	-16,708%	43.048	42,464%	45.300	4,972%	45.382	0,180%	46.663	2,745%	
Receitas Primárias (I)	28.775	24.566	-17,132%	42.003	41,513%	44.198	4,965%	44.248	0,113%	45.496	2,745%	
Despesas Total	28.899	23.684	-22,019%	43.048	44,983%	45.300	4,971%	45.382	0,181%	46.663	2,745%	
Despesas Primárias (II)	28.723	23.147	-24,087%	42.320	45,304%	44.546	4,998%	44.607	0,135%	45.865	2,745%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	52	1.419	96,308%	(317)	547,163%	(348)	8,926%	(359)	2,885%	(369)	2,745%	
Resultado Nominal	(2.323)		100,000%	879	364,453%	(744)	218,141%	51	1572,126%	51	0,774%	
Dívida Pública Consolidada	4.356	3.549	-22,718%	2.928	-21,238%	2.199	-33,128%	2.262	2,800%	2.326	2,745%	
Dívida Consolidada Líquida	3.941	1.618	-143,632%	2.497	35,223%	1.753	-42,410%	1.804	2,800%	1.855	2,745%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTE											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	25.472	23.196	-9,812%	41.500	44,11%	42.313	1,921%	43.561	2,865%	44.868	2,913%	
Receitas Primárias (I)	25.356	23.007	-10,211%	40.493	43,18%	41.255	1,848%	42.472	2,865%	43.747	2,913%	
Despesas Total	25.465	22.180	-14,809%	41.500	46,55%	42.313	1,921%	43.561	2,865%	44.868	2,913%	
Despesas Primárias (II)	25.310	21.678	-16,755%	40.798	46,87%	41.590	1,904%	42.817	2,865%	44.101	2,913%	
Resultado Primário (I - II)	46	1.329	96,526%	(305)	535,76%	(335)	8,837%	(345)	3,147%	(354)	2,356%	
Resultado Nominal	(1.958)		100,000%	118	1757,29%	49	-141,132%	50	1,267%	52	4,484%	
Dívida Pública Consolidada	3.838	3.324	-15,467%	2.048	-62,30%	2.109	2,913%	2.172	2,865%	2.237	2,913%	
Dívida Consolidada Líquida	3.473	1.515	-129,236%	1.633	7,23%	1.682	2,913%	1.732	2,865%	1.784	2,913%	

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, dos exercícios 2016 e 2017, LOA 2018 e PIB - Estado

José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

VARIÁVEIS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB (crescimento % anual)	-3,60	0,30	2,89	3,00	2,95	3,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,28	2,94	3,73	4,25	4,18	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	245.025.000,00	243.844.000,00	250.891.091,60	258.417.824,35	266.041.150,11	274.022.384,67

Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,28	2,94	3,73	4,25	4,18	4,00

*Histórico de Metas de Inflação (%anual) divulgado pelo Banco Central.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2019

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

RS MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	9.838	66,18%	5.920	147,699%	2.390	
TOTAL	9.838	66,18%	5.920	147,699%	2.390	

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	-	0,000%	-	0,000%	-	

FONTE: Anexo XIV - Balanço Patrimonial 2015, 2016 e 2017.

José Alves da Cruz
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2019

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	37.300,00	-
Alienação de Bens Móveis	-	37.300,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIÁRIOS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = ((la - IId) + IIIh)	2016 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2015 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	37.300,00	37.300,00	-

FONTE: Anexo II Receita - Resumo Geral, do balanço 2015, 2016 e 2017

José Alves da Cruz
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
 2019

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ MIL

RECEITAS	2015	2016	2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar	O Município não possui Previdência Própria.		
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Diretos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Patronal	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Para cobertura de Déficit Atuarial			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	-	-	-

DESPESAS	2015	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	O Município não possui Previdência Própria.		
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS e RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2015	2016	2017
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recurso para cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recurso para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: Avaliação comportamental do Município.

NOTA EXPLICATIVA: O Município não possui Previdência Própria.

José Alves da Cruz
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2019

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ MIL

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
			-	
			-	
			-	
	O Município não possui Previdência Própria.			-
			-	
			-	
			-	
			-	

FONTE: Avaliação comportamental do Município.

NOTA EXPLICATIVA: O Município não possui Previdência Própria.

José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2019

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ MIL

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
		O Município não prevê renúncia de receita.				
TOTAL			-	-	-	

FONTE: Avaliação comportamental do Município.

Nota Explicativa: O Município não prevê renúncia de receita.

José Alves da Cruz
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2019

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ MIL

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2019
Aumento Permanente da Receita	1.891
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.891
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.891
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	1.891

FONTE: LOA 2018

José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2019

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITA, DESPESAS, RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece que o demonstrativo de metas anuais deverá ser instruído com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores. A partir desta determinação da lei, foram elaborados modelos de demonstrativos com a memória de cálculo e a metodologia utilizada para a obtenção dos valores relativos, a receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e montante da Dívida Pública.

Os modelos desenvolvidos incluem um exemplo prático da forma de elaboração e preenchimento dos valores encontrados.

ÍNDICES DE CORREÇÃO

Os índices utilizados buscam consolidar de forma confiável as projeções do comportamento da economia Brasileira e da Bahia. Para esse estudo foi aplicado o índice oficial de inflação do Brasil, o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é por ele que se mede as metas inflacionárias, encontrado no Relatório de Inflação do Banco Central. E, o índice de crescimento obtido pelo PIB - Produto Interno Bruto, o qual representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, ambos utilizados para o período de projeção desta peça Orçamentária.

VARIÁVEIS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB (crescimento % anual)	-3,60	0,30	2,89	3,00	2,95	3,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,28	2,94	3,73	4,25	4,18	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	245.025.000,00	243.844.000,00	250.891.091,60	258.417.824,35	266.041.150,17	274.022.384,67

Com base nos anos anteriores é estabelecida a base da arrecadação, utilizamos a média aritmética e sobre esta base aplicamos os fatores capazes de influenciar na arrecadação municipal.

Salientamos que não há metodologia específica para elaboração da projeção das receitas de convênios, pois estas não seguem uma regularidade sequencial, depende do projeto e da vontade dos órgãos para sua efetivação. Seus valores não sofrem influências estatísticas. Em verdade, o convênio é uma realização de parceria com diversos órgãos federais e estaduais, e normalmente o município executa as ações com recursos externos.

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

I - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	42.677.542,90	42.683.775,09	43.888.327,78
Receita Tributária	1.500.137,09	1.543.354,13	1.586.908,18
Impostos	1.124.315,84	1.156.705,95	1.189.348,64
Taxas	375.821,25	386.648,18	397.559,54
Receita de Contribuições	268.443,75	276.177,27	283.971,10
Receita Patrimonial	984.651,68	1.013.018,24	1.041.606,01
Transferências Correntes	38.728.055,30	38.620.507,77	39.710.393,47
Transferências Intergovernamentais	38.728.055,30	38.620.507,77	39.710.393,47
Transferência da União	38.728.055,30	38.620.507,77	39.710.393,47
Cota - Parte do FPM	11.044.943,71	10.448.523,54	10.743.384,92
Transferências de Recursos do SUS - FMS	2.327.944,20	2.395.009,31	2.462.597,41
Outras Receitas Correntes	947.139,29	974.425,17	1.001.923,83
Multas e Juros de Mora	428.436,23	440.778,93	453.217,88
Receita da Dívida Ativa Tributária	89.193,07	91.762,61	94.352,18
RECEITA DE CAPITAL	4.841.134,06	4.980.600,98	5.121.155,47
Operação de crédito	53.688,75	55.235,45	56.794,22
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	64.242,68	66.093,43	67.958,62
Convênios	4.723.202,63	4.859.272,09	4.996.402,63
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	(2.218.367,36)	(2.282.275,71)	(2.346.682,41)
TOTAL	45.300.309,60	45.382.100,36	46.662.800,83

I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA

RECEITA TRIBUTÁRIA

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	655.547,51
2017	889.431,43
2018	1.327.744,00
2019	1.500.137,09
2020	1.543.354,13
2021	1.586.908,18

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

COTA - PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	10.052.140,32
2017	9.154.239,24
2018	9.335.700,00
2019	11.044.943,71
2020	10.448.523,54
2021	10.743.384,92

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	1.988.566,34
2017	1.677.139,76
2018	2.248.866,40
2019	2.327.944,20
2020	2.395.009,31
2021	2.462.597,41

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	61.275,34
2017	67.405,67
2018	413.882,70
2019	428.436,23
2020	440.778,93
2021	453.217,88

RECEITAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	260.259,57
2017	26.983,34
2018	6.166.748,50
2019	4.841.134,06
2020	4.980.600,98
2021	5.121.155,47

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (I)	33.364.990,88	33.103.251,49	34.037.438,09
Pessoal e Encargos Sociais	20.320.743,60	20.906.158,40	21.496.138,29
Juros e Encargos da Dívida	2.147,55	2.209,42	2.271,77
Outras Despesas Correntes	13.042.099,73	12.194.883,68	12.539.028,02
DESPESAS DE CAPITAL (II)	11.553.819,00	11.886.669,84	12.222.116,27
Investimentos	10.802.176,50	11.113.373,48	11.426.997,18
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização Financeira	751.642,50	773.296,37	795.119,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	381.190,13	392.171,73	403.238,97
TOTAL (IV) = (I + II + III)	45.300.000,00	45.382.093,06	46.662.793,33

II.b - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PRINCIPAIS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	13.264.742,33
2017	13.472.894,69
2018	20.065.531,20
2019	20.320.743,60
2020	20.906.158,40
2021	21.496.138,29

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	-
2017	-
2018	2.074,60
2019	2.147,55
2020	2.209,42
2021	2.271,77

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	Valor Nominal
2016	-
2017	-
2018	368.241,50
2019	381.190,13
2020	392.171,73
2021	403.238,97

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

III - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO						
Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.						
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO						
ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	28.646.287,96	24.741.279,12	36.881.201,50	40.459.175,54	40.401.499,38	41.541.645,36
Receita Tributária	655.547,51	889.431,43	1.327.744,00	1.500.137,09	1.543.354,13	1.586.908,18
Receita de Contribuição	-	-	259.325,00	268.443,75	276.177,27	283.971,10
Receita Patrimonial	89.021,75	201.806,08	951.204,10	984.651,68	1.013.018,24	1.041.606,01
Aplicações Financeiras (II)	89.021,75	201.806,08	951.204,10	984.651,68	1.013.018,24	1.041.606,01
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	27.827.111,11	23.565.397,38	33.431.141,70	36.758.803,73	36.594.524,57	37.627.236,24
Demais Receitas Correntes	74.607,59	84.644,23	911.786,70	947.139,29	974.425,17	1.001.923,83
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	28.557.266,21	24.539.473,04	35.929.997,40	39.474.523,86	39.388.481,15	40.500.039,36
RECEITA DE CAPITAL (IV)	260.259,57	26.983,34	6.166.748,50	4.841.134,06	4.980.600,98	5.121.155,47
Operações de Crédito (V)	-	-	51.865,00	53.688,75	55.235,45	56.794,22
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	42.330,06	-	41.492,00	64.242,68	66.093,43	67.958,62
Transferência de Capital	217.929,51	26.983,34	6.073.391,50	4.723.202,63	4.859.272,09	4.996.402,63
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	217.929,51	26.983,34	6.073.391,50	4.723.202,63	4.859.272,09	4.996.402,63
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	28.775.195,72	24.566.456,38	42.003.388,90	44.197.726,49	44.247.753,24	45.496.441,99
DESPESAS CORRENTES (X)	24.766.449,92	21.253.020,05	31.518.360,50	33.364.990,88	33.103.251,49	34.037.438,09
Pessoal e Encargos Sociais	13.264.742,33	13.472.894,69	20.065.531,20	20.320.743,60	20.906.158,40	21.496.138,29
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	2.074,60	2.147,55	2.209,42	2.271,77
Outras Despesas Correntes	11.501.707,59	7.780.125,36	11.450.754,70	13.042.099,73	12.194.883,68	12.539.028,02
DESPESAS FISCAIS CORRENTE (XII) = (X - XI)	24.766.449,92	21.253.020,05	31.516.285,90	33.362.843,33	33.101.042,07	34.035.166,32
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	4.132.206,09	2.430.649,83	11.161.348,00	11.553.819,00	11.886.669,84	12.222.116,27
Investimentos	3.956.347,32	1.894.245,80	10.435.238,00	10.802.176,50	11.113.373,48	11.426.997,18
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	175.858,77	536.404,03	726.110,00	751.642,50	773.296,37	795.119,09
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	3.956.347,32	1.894.245,80	10.435.238,00	10.802.176,50	11.113.373,48	11.426.997,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	368.241,50	381.190,13	392.171,73	403.238,97
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	28.722.797,24	23.147.265,85	42.319.765,40	44.546.209,95	44.606.587,28	45.865.402,47
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	52.398,48	1.419.190,53	(316.376,50)	(348.483,46)	(358.834,04)	(368.960,48)

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

IV - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO NOMINAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas de resultado nominal, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2016 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.355.741,84	3.549.390,40	2.927.632,48	2.199.111,23	2.262.464,83	2.326.312,46
DEDUÇÕES (II)	414.769,04	1.931.799,26	430.479,50	445.616,63	458.454,27	471.392,03
Ativo Disponível	792.347,56	2.517.092,11	430.479,50	445.616,63	458.454,27	471.392,03
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	377.578,53	585.292,86	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I-II)	3.940.972,80	1.617.591,14	2.497.152,98	1.753.494,60	1.804.010,55	1.854.920,43
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	3.940.972,80	1.617.591,14	2.497.152,98	1.753.494,60	1.804.010,55	1.854.920,43
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
VALOR	-	-2323,381659	878,5618356	-743,6583751	50,51595088	50,90987744

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

V - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas anuais para o Montante da Dívida Pública, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.355.741,84	3.549.390,40	2.927.632,48	2.199.111,23	2.262.464,83	2.326.312,46
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas	4.355.741,84	3.549.390,40	2.927.632,48	2.199.111,23	2.262.464,83	2.326.312,46
DEDUÇÕES (II)	414.769,04	1.931.799,26	430.479,50	445.616,63	458.454,27	471.392,03
Ativo Disponível	792.347,56	2.517.092,11	430.479,50	445.616,63	458.454,27	471.392,03
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	377.578,53	585.292,86	-	-	-	-
DCL (III) = (I-II)	3.940.972,80	1.617.591,14	2.497.152,98	1.753.494,60	1.804.010,55	1.854.920,43

José Alves da Cruz
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2019

LRF, art. 4º, § 3º

R\$mil

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	103.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	103.000,00
Assistência Contra Seca	100.000,00		100.000,00
Assistência Vulnerabilidade Residencial	200.000,00		200.000,00
SUBTOTAL	403.000,00	SUBTOTAL	403.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	100.000,00	Limitação de empenho	100.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	503.000,00		503.000,00

FONTE: Avaliação comportamental do Município.

José Alves da Cruz
 Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Ação Legislativa e Fiscalização das Contas Públicas	Ação Legislativa	Manutenção das atividades do Legislativo.	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Gestão Democrática	Controle e Gestão Pública	Criar subprefeituras – administrações distritais fortalecidas - focadas na desconcentração da oferta dos serviços públicos;	X	-	-	-
		Criar um portal para facilitar a interação da cidadania digital com os dados públicos municipais;	X	-	-	-
		Aperfeiçoar os Planos de cargos e salários dos servidores públicos com permanente capacitação;	X	X	-	-
		Estimular a formulação colaborativa de políticas públicas com ferramentas disponibilizadas online na internet;	X	X	X	X
		Implantação da cidadania digital teodorenses;	X	X	X	X
		Operacionalização de uma rede pública com investimentos em tecnologias da informação e comunicação;	X	X	X	X
		Melhorar a informatização dos serviços administrativos;	X	X	X	X
		Criação e implantação do plano de modernização da gestão pública;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Gestão Democrática	Controle e Gestão Pública	Programas de integração com outros municípios por meio de consórcio públicos;	X	X	X	X
		Elaboração dos Instrumentos Legais de Planejamento - PPA, LDO e LOA;	X	X	X	X
		Aquisição de veículos;	X	X	X	X
		Melhoramento do controle através de sistemas informatizados na área tributária e financeira;	X	X	X	X
		Desenvolvimento de projetos de controle e gestão de processos na área tributária e financeira;	X	X	X	X
		Capacitação de servidores na área administrativa, tributária e financeira;	X	X	X	X
		Conscientizar a população sobre a importância dos tributos;	X	X	X	X
		Aperfeiçoar o controle eficiente da arrecadação tributária de competência municipal;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Criar o Conselho Municipal de Segurança Pública;	X	-	-	-
		Promoção e divulgação das ações de governo;	X	X	X	X
		Garantir o controle da agenda do gestor na intermediação para o atendimento ao público;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Gestão Democrática	Controle e Gestão Pública	Implantar projetos de interesse social e governamental em integração com as Secretarias.	X	X	X	X
		Integração das unidades envolvidas na análise dos processos de controle interno e externo;	X	X	X	X
		Elaboração de normas e procedimentos;	X	X	X	X
		Acompanhar a execução física e financeira dos projetos e atividades, bem como a aplicação, sob qualquer forma, dos recursos públicos;	X	X	X	X
		Orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária financeira e patrimonial;	X	X	X	X
		Aperfeiçoar o controle da execução orçamentária e proposição de normas orçamentárias;	X	X	X	X
		Elaboração e divulgação de relatórios mensais e anuais;	X	X	X	X
		Reestruturação dos serviços jurídicos;	X	X	X	X
		Revisão do fluxo de processos jurídicos;	X	X	X	X
		Requalificação da infraestrutura da Assessoria Jurídica Municipal.	X	X	X	X

Página 4 de 32

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Saúde	Readequação das UBS– Unid. Básicas de Saúde;	X	X	X	-
		Avançar na implantação da gestão plena;	X	X	X	X
		Promover mutirões de saúde com especialidades médicas diversificadas;	X	X	X	X
		Aquisição de Veículos para atendimento da saúde;	X	-	X	-
		Aderir ao Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, através de parcerias;	X	X	X	X
		Melhorar os serviços oferecidos aos pacientes que realizam tratamento fora do domicílio –TFD;	X	X	X	X
		Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo para a saúde;	X	X	X	-
		Implantar atendimento de maternidade para parturientes com partos normais, encaminhando os casos de gravidez de risco para os centros pactuados;	X	X	X	X
		Investir na capacitação dos profissionais da saúde;	X	X	X	X
		Aumentar o número de equipes de saúde da família, atendimento domiciliar, dos agentes comunitários e endêmicos, priorizando a atenção básica e preventiva;	X	-	X	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Saúde	Ampliar o atendimento do Posto Farmacêutico;	X	X	X	X
		Climatizar as ambulâncias;	X	X	-	X
		Incentivar a prática de atividades físicas voltadas para a saúde, proporcionando o bem-estar e melhor qualidade de vida para a população em geral;	X	X	X	X
		Implantação de academias de saúde;	X	X	-	-
		Articular políticas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos;	X	X	X	X
		Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas;	X	X	X	X
		Reestruturar o sistema de informática da Secretaria Municipal de Saúde;	-	X	X	-
		Firmar parcerias através de Consórcios da saúde;	X	X	X	X
		Incentivar o fortalecimento dos conselhos da saúde;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	-	X	-	X
		Criação e implantação de vigilância sanitária.	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Educação	Ampliação e ou reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI);	X	X	-	X
		Construção de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI);	X	X	-	X
		Implantação de creches na Sede e Distritos;	X	-	X	-
		Ampliações e ou reformas das escolas municipais;	X	-	X	-
		Construção e implantação de novas escolas no Município;	X	-	X	-
		Aumentar os investimentos na educação em decorrência da necessária expansão da educação infantil e da educação integral;	X	X	X	X
		Ampliar o número de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas escolas;	X	X	X	X
		Diminuir o índice de analfabetismo, através de políticas de educação para jovens e adultos;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Diretos Básicos	Educação	Implantação de parques para recreação na educação infantil;	-	X	X	-
		Implantação de quadras poliesportivas nas áreas disponíveis;	-	X	X	-
		Implantação de bibliotecas nas escolas;	-	X	X	-
		Melhorar o transporte escolar;	X	X	X	X
		Melhorar a qualidade da merenda escolar;	X	X	X	X
		Implantação do centro de distribuição da merenda escolar;	X	-	-	-
		Aquisição de materiais e equipamentos para o bom funcionamento das escolas e CMEI's	X	-	X	-
		Investir na infraestrutura das cozinhas e refeitórios das escolas e CMEI's;	-	X	-	X
		Implantação da coordenação da merenda escolar;	X	X	-	-
		Investir na formação e projetos pedagógicos;	X	X	X	X
		Aquisição de fardamentos;	X	X	X	X
		Investir em tecnologia da informação (acesso à Internet wireless nas unidades da educação, computadores e tablets);	-	X	X	-
		Ampliar o acervo de livros nas bibliotecas;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos		Implantar o Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE);	-	X	-	-
		Disponibilização de livros e materiais didáticos;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Erradicar o analfabetismo, mobilizando e efetivando uma política de educação de jovens e adultos que gere uma taxa de alfabetização próxima a 100%.	X	X	X	X
	Educação	Estimular a participação das famílias na educação das crianças e jovens teodorenses.	X	X	X	X
	Assegurar o acesso à educação especializada aos educandos com necessidades educacionais especiais;	X	X	X	X	
	Investir fortemente na capacitação dos profissionais da educação, da educação infantil e no ensino fundamental;	X	X	X	X	
	Mapear demandas na educação especial para projetos que envolvam oferta descentralizada do ensino e atendimento do Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial – SITES;	-	X	X	X	
	Fortalecer a gestão democrática da educação garantindo a articulação com a sociedade civil e fortalecendo o conselho municipal de educação e os conselhos escolares;	X	X	X	X	

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Educação	Estimular a criação de escola técnica, pós-médio e adesão ao ensino superior para a incorporação da população de mais de 16 anos;	-	-	-	X
		Desenvolver campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais de ensino básico, nas igrejas, objetivando a prevenção ao uso de drogas.	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	Implantação do CRAS nos distritos de Lustosa e Buracica;	X	-	-	-
		Readequação e realocação do CRAS da Sede;	X	X	-	-
		Implantação de acolhimento à mulher em situação de vulnerabilidade, vítima de violência, mulheres com filhos;	X	X	X	X
		Implantação de acolhimento as pessoas idosas e com deficiência;	X	X	X	X
		Buscar parcerias com centros de acolhimento para amparo as pessoas idosas;	X	X	X	X
		Buscar parcerias com centros de acolhimento para amparo aos usuários de drogas;	X	X	X	X
		Ampliação da transferência de renda às famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e do acesso aos serviços públicos de assistência social, saúde, educação e moradia;	-	X	X	-
		Incentivar a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida;	-	X	X	X
		Ampliar as parcerias com os governos Federal e Estadual;	X	X	X	X
		Implantar o Restaurante Popular;	-	-	X	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	Programas de inserção das pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família para o trabalho;	-	X	-	X
		Implantar a qualificação profissional dos adolescentes na modalidade aprendiz (pós 14 anos);	-	X	X	-
		Estímulo à economia solidária e ampliação de cooperativas para reciclar resíduos sólidos;	X	-	X	-
		Melhorar os espaços de convivência da terceira idade;	X	X	X	X
		Aprimorar o CRAS existente por meio de capacitação continuada da equipe nas atividades sócio educativas;	X	X	X	X
		Implantar programa intersetorial de saúde mental;	-	X	X	-
		Incentivar a erradicação do trabalho infantil;	X	X	X	X
		Implantar o Programa de atendimento à mulher que sofre violência doméstica, crianças e adolescentes homossexuais, lésbicas e travestis em situação de risco;	X	X	-	-
		Fortalecer o conselho, as conferências e os fóruns de assistência social como espaços de democratização, negociação de consensos e de gestão compartilhada;	X	X	X	X
		Aprimorar o sistema de informações, monitoramento e avaliação da política pública de assistência social;	X	X	-	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	Implantar na estrutura das instituições de defesa social ouvidorias que atuem como centros de referência contra a discriminação;	-	X	-	X
		Capacitação de profissionais da Assistência Social;	X	X	X	X
		Aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo para atender as demandas de Assistência Social;	X	X	X	
		Aquisição e ou manutenção de veículos para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social;	X	-	X	X
		Implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimulando a integração dos esforços entre governo e sociedade civil;	X	-	X	-
		Garantir a eficiência na aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada IGD SUAS e IGD BF, conforme legislações específicas;	X	X	X	X
		Melhorar o atendimento do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal;	X	X	X	X
		Assegurar a eficácia na aplicação dos recursos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, obedecendo as exigências legais;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	Ampliação da concessão de benefícios eventuais (auxílio alimentação, auxílio enxoval, auxílio documentação, auxílio viagem, auxílio funeral), destinados às famílias em situação de contingência, calamidade pública, vulnerabilidade e risco pessoal e social;	X	X	X	X
		Criar programa integrado de atendimento aos dependentes e família, que envolva atenção na área da saúde, educação e formação profissional;	-	X	-	X
		Investir no aperfeiçoamento dos profissionais para o atendimento adequado aos dependentes de drogas lícitas e ilícitas;	X	X	X	X
		Desenvolver campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais de ensino básico, nas igrejas, objetivando a prevenção ao uso de drogas;	-	X	X	-
		Implantar programas e projetos de assistência para jovens e jovens portadores de deficiência;	X	X	-	-
		Estimular a integração entre grupos culturais e segmentos de juventudes;	X	X	X	X
		Criar um programa de voluntariado jovem, com o envolvimento direto de jovens em projetos e atividades nas áreas da saúde, educação, cultura, esportes, meio	-	X	-	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	ambiente, sustentabilidade, cidadania e conscientização política;				
		Promover a semana da juventude;	X	X	X	X
		Garantir o combate às desigualdades entre homens e mulheres como condição do desenvolvimento do município;	-	X	X	-
		Garantir a participação, o atendimento, o respeito e o direito pleno a todas as mulheres teodorenses;	-	X	X	-
		Desenvolver políticas de valorização da mulher em toda sua diversidade;	-	X	X	-
		Implementar um programa de estímulo ao empreendedorismo feminino – ‘Empreendedora Teodorenses’;	X	-	X	-
		Criar o Núcleo Municipal da Mulher como fórum representativo, propositivo de programas e políticas para mulheres.	X	-	X	X
		Garantir a realização das conferências municipais de políticas para mulheres;	X	X	X	X
		Ampliar a representação e participação das mulheres nos espaços de decisão tais como cargos de gestão e	-	X	X	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	liderança do poder executivo, órgãos colegiados, comitês e conselhos;				
		Articular políticas da prefeitura nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultural e lazer para atendimento especializado aos idosos;	X	X	X	X
		Articular grupos de idosos que se disponham a repassar conhecimento e vivências para as gerações mais novas;	X	X	X	X
		Oferecer apoio social, psicológico e jurídico aos idosos em situações de violação de direitos, como violência intrafamiliar, discriminação e situação de abandono;	X	X	X	X
		Aumentar a participação da população em geral na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias e gêneros;	X	X	X	X
		Estabelecer um acompanhamento mais próximo aos idosos em parcerias com Universidades, através de Estágios Supervisionados;	X	X	X	X
		Promover a atenção à saúde dos idosos com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade;	X	X	X	X
		Garantir a acessibilidade com segurança e autonomia nos espaços, nos mobiliários e nos equipamentos urbanos.	X	-	X	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Assistência Social	Promover e incentivar a participação da população idosa nos eventos oferecidos pela sociedade pública e privada de Teodoro Sampaio;	X	X	X	X
		Engajar o Conselho Tutelar nas ações preventivas de segurança envolvendo crianças e adolescentes.	X	X	X	X
		Criação e Manutenção de projetos e programas voltados para a Criança e ao Adolescente;	-	X	X	X
		Assegurar a Manutenção das ações do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;	X	X	X	X
		Garantir a manutenção do Conselho Tutelar;	X	X	X	X
		Oferecer condições que favoreçam o atendimento aos beneficiados do Conselho Tutelar.	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Esporte e Lazer	Reforma do Estádio Municipal Jarbas Azevedo Lima;	-	X	-	-
		Construção de Estádios nos Distritos;	-	-	X	X
		Construção do Ginásio Público de Esporte, através de parcerias;	X	-	-	-
		Estimular a iniciação esportiva nas escolas municipais, estaduais e privadas;	X	X	X	X
		Criação de escolinha de futebol (Gramado e Futsal);	X	-	-	X
		Construção de praças esportivas (academia ao ar livre, campos de futebol e quadras poliesportivas);	-	X	X	-
		Construção de um ginásio polo aquático;	-	-	X	-
		Estimular a iniciação esportiva aos vaqueiros;	X	X	X	X
		Incentivar o futebol feminino;	X	X	X	X
		Colocar wi-fi gratuito nas praças principais;	X	-	-	-
		Estimular a cavalgada;	X	X	X	X
		Construções de parques;	-	X	X	-
		Estimular a prática de esportes;	X	X	X	X
		Construção de jardins em terrenos baldios;	X	-	X	-
Incentivar o patrocínio de atletas teodorenses;	X	X	X	X		

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Inclusão Social e Defesa dos Direitos Básicos	Esporte e Lazer	Desenvolver parcerias com empresas, clubes e organizações como o SESI e SESC;	X	X	X	X
		Construção de vestiários e alambrados nos campos de futebol, bem como melhoras na iluminação;	-	X	-	X
		Desenvolvimento de atividades esportivas para jovens portadores de deficiência;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Prospectar eventos esportivos para nossa cidade.	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Cultura	Implementação de um espaço cultural para realização de feiras socioculturais;	X	X	-	-
		Criação de escolinhas de música na Sede e Distritos;	X	X	-	-
		Incentivar as Feiras Culturais;	X	X	X	X
		Implantação do projeto Domingo na Praça, onde talentos regionais terão espaço para divulgar suas habilidades;	X	-	-	-
		Criação do cinema cultura, na Sede e Distritos;	-	X	-	-
		Criação da fanfarra municipal;	X	-	-	-
		Construção do Centro Municipal de Cultura no local do antigo mercado municipal;	X	X	-	-
		Incentivar os eventos profanos para festejar o dia da padroeira do Município e dos Distritos;	X	X	X	X
		Investir no festejo de emancipação política de Teodoro Sampaio;	X	X	X	X
		Criação do FMAC – Festival Municipal de Arte e Cultura;	X	-	-	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Cultura	Ampliação dos festejos juninos, na Sede e Distritos (festa, competição de quadrilhas, praça gastronômicas, comidas típicas;	X	X	X	X
		Apoiar a Festa das Estações, desfile da primavera;	X	X	X	X
		Realizar atividades recreativas com crianças e adolescentes no dia 12 de outubro;	X	X	X	X
		Incentivar a criação da Marcha para Jesus;	X	X	X	X
		Festejar o dia Municipal do samba de roda (25 de novembro);	X	X	X	X
		Apoiar os grupos socioculturais do Município;	X	X	X	X
		Revitalização da orquestra filarmônica de Teodoro Sampaio;	X	-	-	-
		Incentivar a revitalização da missa do vaqueiro, com cavalgadas;	X	X	X	X
		Apoiar a criação da parada gay, com distribuição de preservativos, panfletos informativos e realização de exames rápidos;	X	X	X	X
		Revitalização das micaretas, na Sede e Distritos;	X	X	X	X
		Incentivar o Grito de Carnaval, na Sede e Distritos;	X	X	X	X
		Revitalização das lavagens, na Sede e Distritos;	X	X	X	X
		Investir nos festejos de Réveillon;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Cultura	Investir nos festejos da Semana Santa, com apresentação teatral, via sacra;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Incentivar os blocos;	X	X	X	X
		Incentivar os eventos religiosos do Município.	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Turismo	Revitalização dos pontos turísticos do Município;	X	X	X	X
		Criar um plano de divulgação de Teodoro Sampaio para a Bahia;	X	-	-	-
		Divulgar os eventos anuais a serem incluídos na rota regional de turismo, tais como Festas Juninas e Natal;	X	X	X	X
		Apoiar projetos privados que possam alavancar o turismo na cidade;	X	X	X	X
		Desenvolver o turismo religioso e cultural;	X	X	X	X
		Localizar e desenvolver locais para o turismo de aventura em Teodoro Sampaio: "Teodoro Emoção Pura";	X	X	X	X
		Desenvolver e apoiar eventos Gastronômicos e de Licores, envolvendo todo o município e região;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Desenvolver parcerias com os municípios da Região, visando oferecer opções turísticas;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Turismo	Estimular a iniciativa privada a construção de um "Parque de Vaquejadas".	X	X	X	X
--	---------	--	---	---	---	---

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	Direcionamento das águas fluviais;	X	X	X	X
		Recuperação dos rios, fontes e nascentes;	X	X	X	X
		Melhorar o acesso aos povoados na zona rural;	X	X	X	X
		Apoio ao associativismo e ao cooperativismo (reciclagem, agricultura);	X	X	X	X
		Incentivar a produção da agricultura familiar;	X	X	X	X
		Investir em orientação técnica;	X	X	X	X
		Buscar parcerias e investir na perfuração de poços para projetos de irrigação e abastecimento hídrico;	X	X	X	X
		Investir em equipamentos agrícolas;	X	X	X	X
		Implantação da horta comunitária;	X	-	X	X
		Implantação de sistemas de drenagens pluviais nas áreas urbanas;	X	X	X	X
		Implantação do sistema de coleta de resíduos sólidos residências, industriais e comerciais;	X	X	-	-
		Incentivo a cooperativas de reciclagem;	X	X	X	X
Implantar o sistema de esgotamento sanitário nas áreas urbanas;	X	X	-	-		

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	Implantar o programa de reflorestamento das margens dos rios e nascentes, com base no código florestal;	-	X	X	-
		Implantar o comitê municipal de defesa e proteção animal;	X	-	-	X
		Implantar o programa municipal de registro geral de animais e propiciar o levantamento da população animal de cães, gatos, cavalos e jegues nas áreas urbanas;	-	X	X	-
		Reposicionar Teodoro Sampaio no patamar de cidade inovadora e criativa através de incentivos e instrumentos de fomento apropriados;	X	X	X	X
		Implementar um programa de desenvolvimento da economia verde aproveitando os recursos, competências e empreendedores locais, em parceria com o setor empresarial e governo federal;	X	X	X	-
		Implantação de box às margens da BR 101 para alavancar a geração de emprego e renda;	X	-	X	X
		Contribuir para a criação e formalização de microempresas e microempreendedores individuais;	X	X	X	X

Página 26 de 32

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	Estabelecer parcerias com os sindicatos empresariais e de trabalhadores, sistema “S” (SENAC, SENAI, SENAR, SESI e SESC), entidades educacionais e governo federal;	X	X	X	X
		Ampliar as compras governamentais das micro e pequenas do volume de compras da prefeitura;	X	X	X	X
		Estimular a organização de redes de empreendimentos econômicos solidários;	X	X	X	X
		Estimular a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no mercado de trabalho público e privadas;	X	X	X	X
		Desenvolver e implantar programas de apoio e incentivos para divulgar e atrair empresas para Teodoro Sampaio;	X	X	X	X
		Pensar a cidade de forma integrada, conectando os serviços de água, esgoto, lixo, arborização e conforto ambiental em uma só direção;	X	X	X	X
		Propor uma nova ordem de relacionamento entre as prefeituras da região;	X	X	X	X
		Promover a educação ambiental nas escolas e incentivar a realização de campanhas educativas;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	Estabelecer metas de desmatamento zero para remanescentes de ambientes naturais;	X	X	X	X
		Elaborar um mapa de risco de acidentes naturais no município e dar ampla divulgação aos resultados;	X	X	X	X
		Estimular a criação de um centro de capacitação de em gestão ambiental, em parceria com universidades.	X	X	X	X
		Fortalecer e estimular a expansão das feiras livres;	X	X	X	X
		Estimular o uso de produtos orgânicos na merenda escolar e em outros programas de abastecimento;	X	X	X	X
		Implantação do Polo Industrial;	-	-	X	-
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Concluir o plano de saneamento básico.	X	-	-	-

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

EIXO	AREA TEMÁTICA	PRIORIDADES	ANO I 2018	ANO II 2019	ANO III 2020	ANO IV 2021
Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Infraestrutura e Serviços Públicos	Criar a Rede Municipal da Acessibilidade (trânsito e transporte) composta por pedestres, ciclistas, motociclistas, transporte coletivo e de serviços;	X	X	X	X
		Melhorar a iluminação pública, na Sede, Distritos e povoados;	X	X	X	X
		Melhorar os serviços de limpeza urbana;	X	X	X	X
		Reforma dos mercados municipais;	X	X	X	X
		Realizar o levantamento topográfico para diagnosticar e catalogar os vazios urbanos com o objetivo de planejar a sua reocupação;	X	-	X	-
		Regularização da documentação dos imóveis na zona urbana e rural;	X	-	-	-
		Incentivar a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida;	X	X	X	X
		Construção de Moradias para população de baixa renda;	X	X	X	X
		Buscar parcerias com o governo do Estado para Construção da Subestação Energética;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Infraestrutura e Serviços Públicos	Construção e ou ampliação de pontes e mata-burros;	X	X	X	X
		Construção, Ampliação e ou reformas de praças;	X	X	X	X
		Construção de muros de contenção e encostas;	X	X	X	X
		Pavimentação com paralelepípedos;	X	X	X	X
		Ampliação do sistema de abastecimento de água;	X	X	X	X
		Requalificação e aumento da capacidade dos cemitérios;	X	X	X	X
		Melhorar os acessos que dão entrada à cidade, como sinalização e urbanização (criação de portais, paisagismo);	X	X	X	X
		Realizar programas de paisagismo;	X	X	X	X
		Desenvolver um Plano Diretor para o Centro de Teodoro Sampaio;	X	X	X	X
		Construção de terminal de ônibus para a interligação dos distritos e conforto do teodorenses;	X	X	X	X
		Incentivar a criação de linhas alternativas interligando e aproximando os Distritos e as Zonas Rurais da Sede;	X	X	X	X
		Promover a regulamentação e instalações adequadas para os moto taxistas;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
 PLANO PLURIANUAL – PPA 2018 – 2021

PRIORIDADES DO PPA 2018 – 2021

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável	Infraestrutura e Serviços Públicos	Retirada da população de áreas de risco e casa de Taipa;	X	X	X	X
		Criar um fundo para erradicar as casas de taipa;	X	-	-	-
		Promover a efetiva participação popular e controle social nos programas e projetos;	X	X	X	X
		Requalificar e humanizar a Avenida Brasil e seu entorno no tocante ao transporte, uso do solo e meio ambiente;	X	X	X	X
		Construir, restaurar e requalificar as calçadas de Teodoro Sampaio;	X	X	X	X
		Aquisição de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento das atividades da secretaria;	X	X	X	X
		Criação e implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;	X	X	-	-
		Ampliação e ou reformas dos prédios públicos;	X	X	X	X
		Contratação de terceirizados;	X	X	X	X
		Firmar parcerias com consórcios públicos;	X	X	X	X
		Garantir a acessibilidade com segurança e autonomia nos espaços, nos mobiliários e nos equipamentos urbanos;	X	X	X	X

Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio

Portaria



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO
———— Gabinete do Prefeito ————

PORTARIA INDIVIDUAL

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TEODORO SAMPAIO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º. Conceder **férias ao Agente de Serviços Gerais, Sr.ª SIMONE DO CARMO SANTANA**, lotado na **Secretaria de Assistência Social**, com fundamento no art. 77, § 1º, inciso I, c/c arts. 96, 99 e 100, todos da Lei Municipal nº 538/2011, **para fruição por 30 (trinta) dias corridos, entre 01/06/2018 a 30/06/2018 (período concessivo), em relação ao período aquisitivo de 12 (doze) meses de efetivo exercício** prestado à Administração Pública direta e indireta do Município de Teodoro Sampaio/BA, **de 26/04/2017 a 26/04/2018**, conforme Certidão de tempo de serviço expedida pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teodoro Sampaio/BA, 22 de Maio 2018.

JOSÉ ALVES DA CRUZ

Prefeito